

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA



**PROGRAMAS, AÇÕES E INICIATIVAS DO MEC
NA MATERIALIZAÇÃO DE DIREITOS EDUCACIONAIS
AOS POVOS INDÍGENAS**



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

APRESENTAÇÃO

O Ministério da Educação tem atuado na condução de programas, ações e iniciativas voltadas à garantia do direito à educação escolar indígena de qualidade, no atendimento às demandas das comunidades e valorização de seus aspectos étnicos, culturais, linguísticos e territoriais.

Com foco na formação de educadores, qualificação da infraestrutura escolar, construção de escolas e participação social, busca a efetivação de uma educação diferenciada, específica, bilíngue/multilíngue e intercultural, respondendo aos marcos legais e pedagógicos da Educação Escolar Indígena.



POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE INDÍGENA

Está em tramitação no MEC a Portaria que institui Grupo de Trabalho para definição de estratégias e ações com vistas a subsidiar a construção da primeira Universidade Indígena no Brasil. A partir da data da publicação da portaria, o grupo terá 90 dias para apresentar relatório ao MEC.

AUMENTO DO FUNDEB

Em 2023, a Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade aumentou o valor mínimo por matrícula de Educação Indígena. O fator de ponderação passou de 1,2 para 1,4.

Assim, em 2024, o valor de cada matrícula da escolar indígena passou de R\$ 6.378,67 (seis mil trezentos e oitenta e sete reais e sessenta e sete centavos) para 7.506,00 (sete mil quinhentos e seis reais), conforme a Portaria Interministerial nº 1, de 23 de fevereiro de 2024.

A alteração do fator de ponderação garantiu acréscimo de mais mil reais para cada matrícula da educação escolar indígena.

CRIAÇÃO DA DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA SECADI

Aprovada, no âmbito do MEC, a criação da Diretoria de Educação Escolar Indígena, para atuar na gestão dos programas e ações e na condução da política nacional da Educação Escolar Indígena.

POLÍTICA NACIONAL DOS TERRITÓRIOS ETNOEDUCACIONAIS (PNTEE)

A Educação Escolar Indígena é organizada em Territórios Etnoeducacionais, conforme o Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009.

Em 2023, foram contratados 16 consultores vinculados ao Edital Unesco/Secadi nº 6/2023 para fazerem o levantamento e sistematização da oferta educacional nos territórios indígenas.

Em 2024, o Ministério da Educação investirá mais de 4 milhões para a logística necessária à implementação dos TEEs.



ESTRATÉGIAS E AÇÕES VOLTADAS À FORMAÇÃO ESPECÍFICA DE PROFESSORES INDÍGENAS

PIBID

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação que visa proporcionar aos discentes na primeira metade do curso de licenciatura uma aproximação prática com o cotidiano das escolas públicas de educação básica e com o contexto em que elas estão inseridas.

O PIBID EQUIDADE é inédito e, dentro dele, há a sub-ação "PIBID Equidade Indígena", por meio do qual serão ofertadas 3.000 vagas para a modalidade educação escolar indígena.

PROLIND

Em 2023, o MEC investiu R\$ 8.612.710,32 (oito milhões, seiscentos e doze mil, setecentos e dez reais e trinta e dois centavos) no PROLIND, fomentando a criação de 3 novos cursos e garantindo reforço orçamentário às instituições integradas no Programa, beneficiando mais de 1.500 estudantes indígenas em Licenciaturas e Pedagogias Interculturais.

Em 2024, está previsto o repasse de R\$ 1.000.000,00 (um milhão) para reforço orçamentário às instituições integradas no Programa.



AÇÃO SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA

A Ação Saberes Indígenas na Escola – ASIE, destinada à formação continuada de professores indígenas e baseada nos princípios da especificidade, da organização comunitária, do multilinguismo e da interculturalidade teve investimento, em 2023, de R\$ 9.002.968 (nove milhões, dois mil e novecentos e sessenta e oito reais).

Em 2024, com investimento de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões), atenderá um total de 4.000 (quatro mil) professores indígenas cursistas e 400 (quatrocentos) professores indígenas orientadores de estudos, em 50 Instituições de Ensino Superior.

UNIVERSALIZAÇÃO DO BOLSA PERMANÊNCIA

Atualmente, o MEC financia 11.600 bolsas permanência a estudantes indígenas matriculados em universidades. Em 2024, pretende-se universalizar a oferta, com a criação de mais de 7.400, totalizando 18.000 bolsas.

Em 2023, o Ministro da Educação concedeu um reajuste de 55% no valor da bolsa, que passou de 900 para 1.400 reais.

Investiu-se, em 2023, mais de 147 milhões de reais para assegurar o pagamento de todos os bolsistas.

PARFOR EQUIDADE

Inédito, o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – “Parfor Equidade Indígena, **PARFOR Equidade Indígena** aumentou significativamente o número de instituições públicas que ofertam licenciatura intercultural Indígena.

Em 2024, o PARFOR Equidade, por meio do Edital nº23/2023, aprovou a implementação de 39 cursos de Licenciaturas e Pedagogias Interculturais Indígenas a serem ofertados por 39 Instituições de Ensino Superior distribuídas nas cinco regiões do país, promovendo 2.412 novas matrículas em instituições de ensino superior para indígenas.



ESTRATÉGIAS E AÇÕES VOLTADAS A QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR E CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS

PDDE CAMPO E PDDE ÁGUA

O Programa Dinheiro Direto da Escola – PDDE, na modalidade Água-Campo, é destinado ao abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Em 2023 foram contempladas 1.270 escolas indígenas com os Programas PDDE ÁGUAe/ou PDDE CAMPO, totalizando um repasse total de mais de R\$ 36 milhões.

Em abril de 2024, o Ministério da Educação (MEC), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), aumentou os valores dos repasses do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para escolas indígenas, quilombolas e rurais. A Resolução n. 03/2024 estabeleceu um valor fixo anual de R\$ 5.550 (cinco mil quinhentos e cinquenta). O investimento para o PDDE Indígena, em 2024, será de R\$ 61.000.000,00 (sessenta e um milhões de reais)..

NOVO PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, em parceria com o FNDE, prevê investimentos, em 2024, para a construção de 65 escolas e 100 creches destinadas aos povos indígenas e comunidades quilombolas. A adesão é feita pelos estados e municípios.

CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS/ ESPAÇOS EDUCATIVOS COMUNITÁRIOS POR MEIO DE AUTOGESTÃO

Construção por autogestão coordenada pela FUNAI de 58 escolas/espacos educativos comunitários no Território Etnoeducacional Yanomami e Ye'kwana, sendo 15 destas iniciadas no ano de 2024.



ESTRATÉGIAS PARA A QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA POR MEIO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

CNEEI - Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena - PORTARIA Nº 995, DE 23 DE MAIO DE 2023, órgão colegiado de caráter consultivo, com a finalidade de garantir a participação social no acompanhamento da política educacional indígena.

Comitê para a Promoção de Políticas Públicas de Proteção Social dos Povos Indígenas - DECRETO Nº 11.707, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023, com competência para planejar, articular, coordenar, propor e acompanhar ações com vistas à garantia dos direitos sociais e à promoção do bem viver dos povos indígenas.

CAPEMA - Comissão Nacional de Avaliação e Apoio à Produção de Material Didático e Literário Indígena - PORTARIA Nº 28, DE 12 DE ABRIL DE 2024 - tem a função de assessor a SECADI/MEC na formulação e acompanhamento de políticas educacionais relacionadas à alfabetização/letramento/numeramento de estudantes indígenas, além da formação de professores e gestores que atuam em escolas indígenas e à produção, avaliação, edição, publicação e distribuição de materiais didáticos e literários indígenas.

Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - DECRETO Nº 11.556, DE 12 DE JUNHO DE 2023: Conjugação dos esforços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras, elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem sucedidas.



Saiba mais em
gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/eb/educacao-escolar-indigena



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

